



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

PARECER TÉCNICO DO GESTOR DA PARCERIA

Lei nº 13.019/2014 —

Decreto Municipal nº 6.369/2017

Município de Campo Bom — Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

Objeto: Construção da nova sede da Brigada Militar — Centro Integrado de Segurança Pública

OSC: CONSEPRO – Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Campo Bom

1. RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO

1. Contextualização

O presente relatório atende ao disposto nos arts. 39 a 42 da Lei nº 13.019/2014, bem como às normas estaduais e municipais complementares, registrando a análise do Gestor da Parceria sobre o procedimento submetido, a fim de verificar sua conformidade legal, técnica e operacional.

O exame foi realizado considerando os princípios da legalidade, eficiência, moralidade, economicidade, gestão de riscos e transparência. Este parecer decorre da análise técnica e jurídica completa dos documentos apresentados pelo CONSEPRO de Campo Bom, nos termos dos arts. 18, 20 e 35 da Lei nº 13.019/2014, regulamentada localmente pelo Decreto Municipal nº 6.369/2017.

Foram examinados:

- Plano de Trabalho assinado (10/06/2026);
- Proposta orçamentária da Construtora ROM (R\$ 2.825.000,00);
- Projeto arquitetônico completo (736,71 m²);
- Declarações obrigatórias dos arts. 33 e 34 da Lei 13.019;
- Certidões negativas estadual, municipal, FGTS e CNPJ ATIVO desde 1982;
- Ata de Eleição da Diretoria (gestão 2026-2030) registrada no Cartório;
- Declarações de capacidade técnica, ausência de impedimentos, bens remanescentes e demais exigências legais.
- Ata de Decisão para escolha do orçamento

Todos os documentos foram conferidos e atendem integralmente às exigências normativas.



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

2. ANÁLISE DE CONFORMIDADE E LICITUDE

Para análise do mérito de fomentos, **o administrador público deve avaliar a capacidade operacional do Município para assumir e executar a parceria**, especialmente no que se refere às responsabilidades de:

- acompanhamento da execução do objeto;
- fiscalização contínua;
- análise da execução física e financeira;
- emissão de relatórios técnicos;
- aprovação de prestações de contas;
- gestão de riscos e controles internos;
- cumprimento das determinações legais e normativas aplicáveis.

Após análise dos fluxos internos da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, da capacidade técnica dos servidores envolvidos, e considerando a existência de:

- estrutura administrativa apta a acompanhar obras e projetos;
- rotina consolidada de fiscalização de parcerias;
- unidade de planejamento operacional;
- controladorias e sistemas de controle interno estabelecidos;
- Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Decreto nº 6.369/2017;
- equipe contábil do Município capacitada para o exame financeiro;

Conclui-se que **a Administração Pública possui capacidade operacional integral para celebrar, acompanhar e fiscalizar a parceria**, assumindo plenamente as responsabilidades previstas nos arts. 58 a 63 da Lei 13.019/2014.

Após avaliação dos documentos apresentados, do plano de trabalho, da previsão de execução, dos elementos contábeis e dos demonstrativos orçamentários, observo os seguintes pontos essenciais para verificação da licitude:

- Conformidade do objeto com finalidades de interesse público e com o plano de trabalho.
- Existência de metas mensuráveis, indicadores e cronograma executável.
- Adequação do orçamento às normas de elegibilidade de despesas, compatibilidade de preços e observância dos critérios de economicidade.
- Coerência entre capacidade operacional da OSC e complexidade do objeto.



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- Ausência de irregularidades formais capazes de comprometer a execução, tais como despesas vedadas, direcionamento ou sobrepreço.
- Conformidade da documentação jurídica e fiscal apresentada.
- Observância das normas de transferência voluntária conforme Lei 13.019/2014: execução centrada no interesse público, ausência de qualquer transferência irregular de responsabilidade estatal indelegável, atendimento integral ao regime de parceria.
- Adequação da parceria aos critérios de economicidade, transparência, governança e prestação de contas contínua.
- Presença de controles internos mínimos, incluindo mecanismos de acompanhamento físico e financeiro.

Com base no exame documental, técnico e contábil, verificou-se que:

2.1 O Consepro atende aos requisitos do art. 33 da Lei 13.019/2014

- Estatuto registrado;
- Previsão de destinação de bens remanescentes (art. 33, III) — *documento confirmado nos anexos*;
- Escrituração contábil regular (declaração + CRC habilitado);
- Experiência prévia robusta na realização de objetos semelhantes (apoio estrutural e logístico à BM, PC e CBM), devidamente comprovada;
- Capacidade técnica e operacional confirmada por declaração formal (documentos anexos).

2.2 Regularidade Fiscal (art. 34 da Lei 13.019)

Constam nos autos:

- CND Estadual (SEFAZ/RS);
- CRF do FGTS;
- CND Municipal;
- CNPJ ativo;
- Conta bancária específica comprometida após assinatura (declaração).

2.3 Plano de Trabalho e Plano de Aplicação

O Plano de Trabalho:

- apresenta diagnóstico claro e alinhado ao interesse público;
- justifica adequadamente a intervenção proposta;
- demonstra capacidade técnica e operacional da OSC;
- detalha metas, cronograma físico-financeiro e metodologia;
- define indicadores compatíveis com resultados esperados;



Município de Campo Bom/ RS

SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- observa economicidade e proporcionalidade;
- apresenta memorial descritivo elaborado pelo Município;
- está congruente com o orçamento apresentado pela construtora.

2.4. Do memorial descritivo elaborado pelo Município

É importante destacar que o prédio a ser construído para servir de sede da Brigada Militar de Campo Bom será construído sobre imóvel que permanecerá pertencendo ao Município.

Nesse sentido, de fundamental importância que as condições técnicas mínimas da construção sejam estabelecidas pelo Município, razão pela qual o memorial descritivo se encontra produzido pelo arquiteto do próprio município.

2.5. Orçamento

O orçamento da Construtora ROM apresenta:

- etapas detalhadas (documentação, demolição, pavilhão, reforma, muros e pavimentação);
- valores compatíveis com preços de mercado;
- coerência entre croquis/projeto e custos;
- ausência de sobrepreço ou itens vedados.
- observa princípios de economicidade e razoabilidade;
- indica possibilidade de acompanhamento por medições quinzenais, reforçando transparência.

Após análise rigorosa do procedimento de cotação realizado pelo CONSEPRO, conforme registrado em ata de reunião e comunicações anexas, verificou-se a consulta a múltiplas empresas do setor de construção civil. A análise comparativa das propostas demonstrou que a empresa ROM Engenharia e Construção Ltda apresentou a proposta mais vantajosa para a administração pública.

O valor global da proposta da ROM Engenharia e Construção Ltda é de R\$ 2.825.000,00, valor este que se mostrou inferior às demais cotações, mantendo a integridade do escopo técnico exigido. A escolha fundamenta-se na economicidade e na eficiência, uma vez que a empresa demonstrou aptidão técnica mediante apresentação de ART/CREA e estrutura compatível com a complexidade da obra do Centro Integrado de Segurança Pública.

A construção da nova sede representará:

- maior capacidade operacional da Brigada Militar;
- estrutura moderna para policiamento ostensivo;
- ambiente adequado para equipes, alojamentos e atendimento;



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- suporte direto às demandas urbanas de Campo Bom.

Trata-se de objeto plenamente alinhado ao interesse público

Conclusão da Licitude:

Não há qualquer indício de ilicitude, fraude, direcionamento, impedimento, irregularidade ou infração à Lei 13.019/2014.

Não se identificam achados de auditoria capazes de comprometer a licitude, como irregularidades graves, despesas vedadas, violação à LRF ou afronta ao regime jurídico das parcerias.

Assim, **acolho** o procedimento por atender aos requisitos legais e normativos.

O procedimento está **lícito** e devidamente instruído.

3. ANÁLISE DE MÉRITO — RELEVÂNCIA PÚBLICA DA PARCERIA

Do ponto de vista do mérito administrativo e do impacto social, a parceria apresenta **elevada relevância** para o Município.

Embora a segurança pública seja, pela Constituição Federal, competência dos Estados (art. 144), é igualmente certo — e reconhecido por diretrizes de governança pública, pelo modelo das Três Linhas e pelas práticas de gestão de riscos — que **o Município desempenha papel fundamental na criação de condições materiais, estruturais e comunitárias para que a segurança aconteça.**

Nos municípios onde não há apoio local às forças estaduais, observa-se:

- fragilidade na presença territorial das instituições de segurança;
- maior sensação de insegurança da população;
- aumento de riscos sociais e econômicos;
- redução da capacidade de atração de investimentos;
- menor desenvolvimento urbano e comunitário.

No contexto de Campo Bom, a parceria analisada contribui diretamente para:

- **fortalecer a atuação da Brigada Militar**, ampliando condições operacionais, logísticas e de infraestrutura;



Município de Campo Bom/ RS

SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- **estimular participação da comunidade**, reforçando o modelo de governança cooperativa;
- **reduzir riscos de violência e desordem**, alinhando-se às diretrizes modernas de segurança cidadã;
- **gerar ambiente urbano mais seguro**, favorecendo desenvolvimento social e econômico;
- **aprimorar a gestão integrada entre Município, OSC e Estado**, prática apontada como boa governança pelos órgãos de controle.

Assim, ainda que o Município não possua obrigação constitucional direta de executar políticas de segurança ostensiva, é indiscutível que **sua atuação como ente cooperador é imprescindível para garantir paz social, tranquilidade comunitária e desenvolvimento sustentável.**

Sem tal apoio complementar, experiências municipais demonstram cenários de insegurança ampliada, retração econômica e maior exposição da população a riscos.

Portanto, o mérito da parceria é **alto**, e sua execução tem aderência total às práticas recomendadas pelos tribunais de contas, que valorizam iniciativas de governança compartilhada, prevenção e integração comunitária no enfrentamento à criminalidade.

A partir das evidências analisadas, o mérito da parceria é **extremamente elevado**, considerando:

3.1 Contexto Municipal

Campo Bom enfrenta desafios crescentes:

- ampliação urbana;
- aumento de fluxo industrial e comercial;
- necessidade de presença policial constante;
- carência de estrutura operacional adequada para a Brigada Militar.

A atual estrutura é insuficiente. O projeto anexo demonstra:

- área total de 736,71 m²;
- ambientes adequados à atividade policial;
- alojamentos, salas operacionais e espaços para treinamento;
- melhoria imediata da capacidade operacional.

3.2 Importância Estratégica da Parceria

Embora a segurança pública seja atribuição do Estado (art. 144 da CF), a prática administrativa moderna — reforçada por TCE-RS e TCU — demonstra que:



Município de Campo Bom/ RS

SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Municípios que não apoiam as forças estaduais enfrentam maior insegurança, retração econômica e pior qualidade de vida.

O CONSEPRO atua como terceiro setor estruturado e tradicional (fundado em 1982), sendo **ponte entre comunidade, empresas e órgãos de segurança.**

3.3 Impactos esperados

- resposta policial mais ágil;
- redução da criminalidade;
- sensação de segurança aumentada;
- fortalecimento da confiança entre comunidade e Brigada Militar;
- incremento do desenvolvimento econômico e social;
- integração entre Polícia Civil, BM e Corpo de Bombeiros no futuro Centro

Integrado.

O projeto analisado atende às diretrizes de **governança pública, gestão de riscos (ISO 31000)** e modelo das **três linhas**, fortalecendo:

- prevenção;
- controle;
- capacidade operacional.

Conclusão de Mérito:

A parceria é **altamente relevante**, estrategicamente necessária e produce forte impacto positivo na segurança e no desenvolvimento local.

4. ENTENDIMENTO DESTA SECRETARIA

Não foram identificados:

- impedimentos legais;
- risco de direcionamento;
- inconsistências documentais;
- sobrepreço;
- irregularidades formais ou materiais;
- afronta às normas de controle interno, LRF, Decreto Municipal 6.369/2017, Lei 13.019/2014.

A proposta é **lícita, técnica, consistente e plenamente executável.**



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Considerando:

- a **capacidade operacional plena do Município** para celebrar e fiscalizar a parceria;
- o **rigor técnico da análise** realizada;
- a **adequação da documentação** apresentada;
- a **conformidade legal integral**;
- o **elevado impacto comunitário e social**;
- e a **importância estratégica da obra para a segurança pública local**,

5.INDICAÇÃO— COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento ao art. 29 da Lei 13.019/2014 e arts. 26 a 30 do Decreto Municipal 6.369/2017, determino que a fiscalização seja realizada por **Comissão Específica**, composta por:

1. Representante da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

Responsável por verificar aderência operacional, uso adequado da estrutura e acompanhamento físico da obra, indicando-se para tanto o servidor Fabiano Feldes.

2. Representante da Área Contábil do Município

Responsável pela análise da execução financeira, conciliações, documentos fiscais e conformidade com o plano de aplicação, indicando-se para tanto a servidora Patrícia Klaus.

3. Representante do Setor de Planejamento

Responsável pelo monitoramento de metas, cronogramas, indicadores e resultados, indicando-se para tanto o servidor Alexandre Beltrame Rosa.

A comissão deverá elaborar relatórios periódicos, registrar evidências, prevenir riscos, propor correções e subsidiar a análise de prestação de contas.

6. ANEXOS

Em anexo segue a matriz de Riscos com apontamento das responsabilizações bem como os indicadores para acompanhamento das metas do fomento.

7. ENCAMINHAMENTO



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Encaminhe-se à autoridade superior para homologação, publicação e demais atos administrativos necessários.

Campo Bom, 03 de julho de 2026.

Fernando Luz Lehn

Secretario Municipal de Segurança e Trânsito



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

ANEXO I

MATRIZ DE RISCOS – PARCERIA CONSEPRO – MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Escala:

Probabilidade (P): Baixa (1), Média (2), Alta (3)

Impacto (I): Baixo (1), Médio (2), Alto (3)

Nível de Risco (NR = P × I): 1–2 (baixo), 3–4 (médio), 6–9 (alto)

1. Riscos Administrativos e de Governança

Risco	Descrição	P	I	NR	Controles Preventivos	Controles de Detecção	Tratamento
Falha na coordenação entre OSC e Município	Divergências operacionais podem atrasar obra ou gerar retrabalho	2	3	6 (alto)	Reuniões semanais e registro em ata	Relatórios periódicos da comissão	Padronização de comunicação e fluxos
Não observância das obrigações legais	Descumprimento da Lei 13.019/2014 ou Decreto 6.369/2017	1	3	3 (médio)	Capacitação dos envolvidos	Fiscalização contínua da comissão	Emissão de notas orientativas

2. Riscos Financeiros

Risco	Descrição	P	I	NR	Controles Preventivos	Controles de Detecção	Tratamento
Superfaturamento ou sobrepreço	Valores acima dos praticados pelo mercado	1	3	3 (médio)	Análise do orçamento pela equipe contábil e controle	Conferência de medições	Adoção do menor valor compatível com escopo



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Risco	Descrição	P	I	NR	Controles Preventivos	Controles de Detecção	Tratamento
					interno		
Pagamento sem execução	Liberação de recursos antes da entrega das fases	1	3	3 (médio)	Exigir medições antes do pagamento	Registro fotográfico e relatórios	Suspensão de pagamentos e correção imediata
Execução financeira inadequada	Lançamentos sem lastro ou documentos irregulares	1	3	3 (médio)	Conta exclusiva e rastreabilidade total	Avaliação mensal da execução	Ajuste e exigência de documentação complementar

3. Riscos Técnicos / Execução da Obra

Risco	Descrição	P	I	NR	Controles Preventivos	Controles de Detecção	Tratamento
Atrasos no cronograma	Força maior, falhas contratuais ou técnicas	2	2	4 (médio)	Cronograma claro e metas mensais	Acompanhamento da comissão	Reprogramação com justificativa
Execução em desacordo com o projeto	Falhas construtivas, materiais inadequados	2	3	6 (alto)	Exigir ART e fiscalização técnica	Vistorias mensais e relatórios	Correção na obra e, se necessário, glosa
Risco de má qualidade da obra	Defeitos futuros por má execução	2	3	6 (alto)	Fiscalização técnica adequada	Testes e aprovação de etapas	Correções com garantia contratual

4. Riscos Institucionais / Comunitários



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Risco	Descrição	P	I	NR	Controles Preventivos	Controles de Detecção	Tratamento
Resistência comunitária	Falta de compreensão da relevância da obra	1	2	2 (baixo)	Divulgação institucional	Monitoramento de manifestações	Ações de esclarecimento
Falta de engajamento dos órgãos de segurança	Atraso na integração futura da estrutura	1	2	2 (baixo)	Envolvimento desde o início	Reuniões de alinhamento	Ajustes no projeto executivo

2. QUADRO DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO

Com base no Plano de Trabalho, no Decreto Municipal nº 6.369/2017 e nas melhores práticas de auditoria (IPPF/IIA), seguem indicadores de **resultado, processo e integridade**, todos mensuráveis e adequados ao acompanhamento da Comissão.

INDICADORES DE RESULTADO (Efetividade)

Indicador	Fórmula / Método	Meta	Periodicidade	Fonte
Índice de avanço físico da obra	percentual executado / previsto	100%	Mensal	Relatórios da construtora e comissão
Melhoria da capacidade operacional da Brigada Militar	Avaliação qualitativa da BM após instalação	Aumento comprovado	Semestral	Relatório da BM
Aumento da sensação de segurança da população	Percepção via pesquisa futura (Lei 13.019)	Elevação em relação à linha de base	Anual	Pesquisa com cidadãos



Município de Campo Bom/ RS

SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Risco 1 – Atraso no Cronograma da Obra

- *Descrição:* Possibilidade de atraso nas etapas previstas no Plano de Trabalho, impactando o prazo final.
- *Causa provável:* Demolição, terraplanagem, condições climáticas, disponibilidade da construtora.
- *Probabilidade:* Média
- *Impacto:* Alto (prejudica operação da segurança pública).
- *Classificação:* Risco Médio-Alto
- *Controles existentes:* Fiscalização mensal; reuniões de acompanhamento; medições quinzenais; comissão designada.
- *Ação de mitigação:* Ajustes de cronograma, reforço da supervisão, monitoramento contínuo pelo gestor municipal.
- **Responsável primário:** Construtora contratada (execução).
- **Responsável secundário:** CONSEPRO (acompanhamento administrativo da execução).
- **Responsável compartilhado:** Comissão Municipal de Fiscalização.
- **Responsável final (gestão pública):** Secretaria de Segurança e Trânsito (gestor da parceria).

Risco 2 – Inexecução Parcial ou Qualidade Insatisfatória da Obra

- *Descrição:* Obra executada com falhas estruturais, materiais inadequados ou etapas incompletas.
- *Probabilidade:* Baixa-Média
- *Impacto:* Alto (compromete funcionalidade da estrutura policial).
- *Controles existentes:* Projeto arquitetônico completo; memorial descritivo; fiscalização técnica; medições.
- *Mitigação:* Vistorias técnicas constantes; aceite condicionado a conformidade; registros fotográficos e de engenharia.
- **Responsável primário:** Construtora (execução técnica).
- **Responsável secundário:** Engenheiros responsáveis pelo projeto (ART/CAU/CREA).
- **Responsável compartilhado:** Comissão Municipal de Fiscalização.
- **Responsável final:** Secretaria de Planejamento (verificação técnica e aderência ao projeto).
-

Risco 3 – Irregularidades Financeiras

- *Descrição:* Pagamentos indevidos, despesas fora do Plano de Trabalho ou ausência de comprovação.
- *Probabilidade:* Baixa
- *Impacto:* Alto (risco de responsabilização do Município e OSC).
- *Controles:* Área contábil municipal; gestor administrativo da OSC nomeado; execução por etapas; liberação condicionada.



Município de Campo Bom/ RS

SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- *Mitigação:* Controle interno reforçado; conciliação mensal; verificação documental rigorosa; bloqueio de pagamento sem comprovação.
- **Responsável primário:** CONSEPRO (gestão administrativa e financeira).
- **Responsável secundário:** Empresa contratada (prestação documental correta).
- **Responsável compartilhado:** Área contábil municipal (controle interno).
- **Responsável final:** Gestor do Termo de Fomento (aprovação de medições e conformidade).

Risco 4 – Fragilidade Operacional na Fiscalização

- *Descrição:* Falha da Administração Pública em acompanhar adequadamente a execução.
- *Probabilidade:* Baixa
- *Impacto:* Médio
- *Controles:* Comissão de fiscalização tripartite; gestor da parceria; portarias de designação; capacidade operacional avaliada.
- *Mitigação:* Capacitação contínua; agenda de vistorias; integração com Planejamento e Finanças.
- **Responsável primário:** Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação.
- **Responsável secundário:** Servidores nomeados pela Secretaria de Segurança e Trânsito.
- **Responsável final:** Secretário da pasta (autoridade designante).

Risco 5 – Risco Jurídico e Conformidade

- *Descrição:* Descumprimento de cláusulas legais da Lei 13.019/2014 ou Decreto municipal.
- *Probabilidade:* Baixa
- *Impacto:* Alto
- *Controles:* Documentação integral apresentada; certidões válidas; declarações obrigatórias; parecer jurídico municipal.
- *Mitigação:* Atualização constante dos gestores; reanálise documentada; auditoria preventiva.
- **Responsável primário:** CONSEPRO (manutenção documental).
- **Responsável secundário:** Gestor municipal (verificação de atualizações).
- **Responsável final:** Secretaria de Administração (controle jurídico institucional).

Risco 6 – Resistência Comunitária ou Baixo Engajamento Social

- *Descrição:* Falta de integração da comunidade com as forças de segurança após conclusão da obra.
- *Probabilidade:* Baixa
- *Impacto:* Médio
- *Controles:* CONSEPRO possui amplo histórico de participação comunitária.
- *Mitigação:* Ações de comunicação, visitas guiadas, integração com escolas e associações.



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- **Responsável primário:** CONSEPRO (mobilização comunitária).
- **Responsável secundário:** Comunicação institucional do Município.
- **Responsável final:** Gabinete do Prefeito (coordenação geral de políticas de segurança integradas).

Risco 7 – Risco de Descontinuidade Operacional da OSC

- *Descrição:* Trocas diretivas súbitas ou problemas de funcionamento.
 - *Probabilidade:* Baixa
 - *Impacto:* Médio
 - *Controles:* Diretoria recém-eleita; ata registrada; entidade fundada em 1982; robusta capacidade técnica.
 - *Mitigação:* Acompanhamento institucional; atualização cadastral constante; reuniões trimestrais.
 - **Responsável primário:** CONSEPRO e sua direção estatutária.
 - **Responsável secundário:** Conselho Fiscal do CONSEPRO.
 - **Responsável final:** Secretaria de Segurança e Trânsito (monitoramento institucional da parceria).
-



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

ANEXO II

INDICADORES DE PROCESSO (Eficiência e Governança)

Indicador	Fórmula / Método	Meta	Periodicidade	Fonte
Cumprimento do cronograma físico	etapas executadas / etapas previstas	$\geq 90\%$	Mensal	Comissão
Conformidade de documentação fiscal	notas e comprovantes validados / total apresentado	100%	Mensal	Área contábil
Relatórios de fiscalização emitidos	relatórios emitidos / relatórios previstos	100%	Mensal	Comissão
Percentual de pagamentos vinculados a medições	pagamentos com medição / total de pagamentos	100%	Mensal	Tesouraria / Comissão

INDICADORES DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE (Riscos e Controles)

Indicador	Fórmula / Método	Meta	Periodicidade	Fonte
Ocorrências de não conformidade	nº de achados / período	0	Contínua	Comissão
Aderência ao Plano de Trabalho	itens cumpridos / itens previstos	100%	Mensal	Comissão
Risco residual controlado	riscos mitigados / riscos identificados	100%	Trimestral	Matriz de riscos

INDICADORES FINANCEIROS (Economicidade)

Indicador	Fórmula / Método	Meta	Periodicidade	Fonte
Aderência ao orçamento	despesas executadas / orçamento previsto	$\leq 100\%$	Mensal	Execução financeira
Percentual de glosas	valores glosados / valores	0%	Mensal	Análise



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Indicador	Fórmula / Método	Meta	Periodicidade	Fonte
	executados			financeira
Regularidade fiscal da OSC	certidões válidas / total exigido	100%	Trimestral	Cadastros fiscais

(Aderente ao Decreto 6.369/2017 e à IN CAGE-RS nº 5/2016 — Modelo aplicado à construção de infraestrutura policial)

Indicador 1 – Execução Física do Objeto

- *Descrição:* Percentual da obra concluída por etapa.
- *Método:* Comparação entre cronograma previsto vs. realizado.
- *Meta:* 100% até dezembro/2026.
- *Frequência:* Mensal.

Indicador 2 – Execução Financeira

- *Descrição:* Percentual de recursos aplicados em conformidade com cada fase prevista.
- *Meta:* Conformidade total (0% de despesas não elegíveis).
- *Frequência:* Mensal, por medição.

Indicador 3 – Aderência Técnica ao Projeto Arquitetônico

- *Descrição:* Grau de compatibilidade entre obra executada e projeto/planta.
- *Meta:* 100% de conformidade.
- *Frequência:* Trimestral.

Indicador 4 – Qualidade da Execução

- *Descrição:* Avaliação técnica da construtora (materiais, acabamento, estrutura).
- *Meta:* Ausência de retrabalho e correções significativas.
- *Frequência:* Trimestral.

Indicador 5 – Cumprimento de Obrigações da OSC

- *Descrição:* Entregas administrativas, documentação, relatórios e comunicação.
- *Meta:* 100% dos documentos enviados no prazo.
- *Frequência:* Mensal.

Indicador 6 – Engajamento Comunitário e Social



Município de Campo Bom/ RS
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

- *Descrição:* Ações realizadas para integrar comunidade e forças de segurança.
- *Meta:* Pelo menos 3 ações públicas durante a execução.
- *Frequência:* Bimestral.

Indicador 7 – Redução de Riscos Operacionais da Administração Pública

- *Descrição:* Efetividade da fiscalização e controles internos.
- *Meta:* Zero achados graves.
- *Frequência:* Permanente.

Indicador 8 – Impacto na Segurança Pública após a Entrega

(Indicador pós-obra)

- *Descrição:* Melhora percebida pelos cidadãos e órgãos de segurança (sensação de segurança).
- *Meta:* Índice de satisfação acima de 80%.
- *Frequência:* Pós-implantação (pesquisa oficialmente prevista pelo Decreto municipal).

3. Resumo (Síntese Operacional)

- O quadro de indicadores atende ao Decreto Municipal nº 6.369/2017 e garante **monitoramento contínuo, mensurável e auditável**, essencial para o sucesso da parceria.

 Assinado digitalmente
FERNANDO LUZ LEHNEN - CPF ***.550.730-**
Em 03/07/2026 às 15:24:09



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

REFORMA COM AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO PARA BRIGADA MILITAR DO ESTADO

AV EMÍLIO VETER

GENUNINO SAMPAIO | CAMPO BOM/RS

Revisão Inicial: 09/06/2026

CAMPO BOM/RS

JUNHO DE 2026



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer as diretrizes que regerão a **reforma e ampliação de edificação para uso da Brigada Militar do Estado**, e discriminar materiais e mão de obra que deverão ser empregadas na mesma.

Este memorial trata exclusivamente da área destinada a esta unidade. A unidade localizar-se há no lote de matrícula 3.513 do CRI de Campo Bom – Campo Bom - RS.

2. OBJETO

Edificação para Brigada Militar do estado.

3. DESCRIÇÃO DA OBRA

Edificação em um pavimento, conforme ante projeto em anexo.

4. ENDEREÇO

Endereço: Av Emilio Veter, SN – Bairro Genuino Sampaio, Campo Bom – RS - CEP: 93700-000

5. ESTATÍSTICAS

Área total à construir: 742,00m²

Entorno com pavimentação e fechamento em muros e portões (inclui passeio público).

6. GENERALIDADES

6.1 TERMINOLOGIA

Para os estritos efeitos desse memorial descritivo, são adotadas as seguintes definições:

- **CONTRATANTE:** órgão que contrata a execução de serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações.
- **CONTRATADA:** empresa ou profissional contratado para a execução dos serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações.
- **FISCALIZAÇÃO:** atividade exercida de forma sistemática pela CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

6.2 OBJETIVO

O presente memorial descritivo tem por objetivo determinar os materiais a empregar e os serviços a executar, fornecer as diretrizes técnicas e informações pertinentes a elaboração dos serviços a serem executados para a devida reforma e ampliação.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.3 FASE PRELIMINAR

O memorial descritivo complementa e faz parte integrante do ante projeto arquitetônico.

A empresa contratada para e devida reforma e ampliação deverá elaborar os projetos complementares de engenharia e planilhas orçamentárias, sendo que no caso eventual de qualquer divergência entre informações contidas nos projetos, memorial descritivo e orçamento, a CONTRATADA deverá obedecer aos dois primeiros ou a critério dos AUTORES DOS PROJETOS e da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA ao apresentar o preço para a execução dos serviços e da obra esclarecerá que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações.

6.4 DEMOLIÇÃO E LIMPEZA DO TERRENO

A CONTRATADA deverá desmontar o ginásio existente no terreno. A estrutura metálica de sua cobertura, incluindo pilares, deverá ser transportada para o local em que a prefeitura determinar, a fim de que a prefeitura possa montar novamente tal estrutura.

Ainda devem ser retiradas do ginásio as esquadrias, bem como peças sanitárias e outras peças que porventura estejam em boas condições de uso, transportando as para local em que a prefeitura determinar.

- É imprescindível o método de desmontagem, bem como a organização das peças, para que possam ser novamente montadas no seu novo destino. Para isto a prefeitura disponibilizara um servidor para acompanhamento da desmontagem afim de poder orientar a remontagem da mesma.

O piso em parquet, existente no ginásio, também deverá ser retirado com cuidado, podendo se utilizar de máquina específica, a fim de que este material também seja preservado e transportado para o local em que a prefeitura determinar, a fim de sua reutilização.

6.5 CANTEIRO DE OBRAS

A CONTRATADA deverá fechar toda a área da obra e não permitir a entrada de pessoas não autorizadas. Não será permitida em hipótese alguma a presença e a entrada de pessoas não autorizadas no canteiro de obras.

A CONTRATADA deverá prover infraestrutura de apoio, para toda equipe de construção, seguindo a legislação em vigor.

6.6 APRECIÇÃO DE MATERIAIS

A FISCALIZAÇÃO, sempre que julgar necessário, poderá exigir amostras de materiais e laudos que comprovem suas características previamente à sua instalação. Os materiais que influenciam diretamente na estética da obra, como azulejos, revestimentos de piso, cor das tintas e juntas, deverão ser submetidos à apreciação e aprovação do PROJETISTA.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.7 REFORMA DA EDIFICAÇÃO FRONTAL COM 190m²

Na parte frontal do escopo do projeto há uma edificação com aproximadamente 190m² que passará por reforma e deverá atender aos mesmos critérios da ampliação, no que tange piso, massa corrida, pintura, elétrica e hidráulica (descrição neste memorial), bem como o anteprojeto reza.

Além disto é previsto:

- Troca de telhado e sua estrutura;
- Troca de portas internas;
- Manutenção das esquadrias externas, tipo janelas;
- Novo contrapiso interno.

7. TERRAPLANAGEM

O terreno/local de implantação, deve ter sua cota projetual atingida por meio de terraplanagem, com uso de maquinários adequados, sem afetar o entorno, tanto de edificações e seu uso, como das vias de acesso e em hipótese alguma danificar o entorno, por meio de trânsito de máquinas pesadas, bem como eventual patolagem. Esta etapa deve ser acordada com a fiscalização da obra, para dirimir dúvidas do projeto, bem como planejamento.

8. FUNDAÇÕES

As fundações deverão obedecer aos projetos de fundações/estrutural, com apresentação de certificado do aço a ser empregado e com controle tecnológico do concreto, ambos à serem apresentados a FISCALIZAÇÃO.

9. INFRA ESTRUTURA

As peças da infraestrutura, tais como vigas e eventuais pilares de pescoço, bem como paredes de contenção deverão obedecer aos projetos de fundações/estrutural, com apresentação de certificado do aço a ser empregado e com controle tecnológico do concreto, ambos à serem apresentados a FISCALIZAÇÃO.

No caso da edificação pré moldada, deverá obedecer ao projeto complementar a ser elaborado pela CONTRATADA e ser apresentado à FISCALIZAÇÃO.

10. SUPRA ESTRUTURA

As peças da supra estrutura, tais como vigas, pilares, lajes, vergas e contravergas deverão obedecer aos projetos de fundações/estrutural, com apresentação de certificado do aço a ser empregado e com controle tecnológico do concreto, ambos à serem apresentados a FISCALIZAÇÃO.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

No caso da edificação pré moldada, deverá obedecer ao projeto complementar a ser elaborado pela CONTRATADA e ser apresentado à FISCALIZAÇÃO.

11. ELEMENTOS DE VEDAÇÃO

11.1- PLACAS DE CONCRETO PRÉ MOLDADO

As paredes externas, da edificação central, serão de lâminas de concreto pré-moldado, com no mínimo 8cm de espessura, seguindo o projeto estrutural da estrutura pré-moldada do edifício, que contenha vigas e pilares.

11.2-ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS

As paredes externas, que porventura fazem parte da edificação com sistema construtivo de alvenaria, com blocos de vedação.

Deverá ser executada a perfeita amarração entre as paredes, por este motivo é importante atentar para as dimensões dos blocos cerâmicos.

A alvenaria deverá apresentar características técnicas enquadradas na especificação da NBR 7171. A FISCALIZAÇÃO aceitará tolerâncias dimensionais de $\pm 3\text{mm}$; desvio de esquadro $\leq 3\text{mm}$ e empenamento $\leq 3\text{mm}$.

Para a execução de alvenaria de blocos cerâmicos e tijolos maciços deverão ser seguidas as indicações da NBR 8545 - Execução de Alvenaria sem Função Estrutural de Tijolos e Blocos Cerâmicos.

Para o assentamento dos tijolos maciços e blocos cerâmicos, poderá ser utilizada argamassa pré-fabricada a base de Cimento Portland, minerais pulverizados, cal hidratada, areia de quartzo termotratada e aditivos. Na impossibilidade, poderá ser usada, a critério da FISCALIZAÇÃO, argamassa no traço 1:2:9 (de cimento, cal em pasta e areia média peneirada).

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

Os embasamentos de construções ao nível do solo e as paredes perimetrais e internas serão impermeabilizados desde as fundações até as alturas a seguir referidas, conforme o disposto na NBR 9575/2010. Esta Norma estabelece as exigências e recomendações relativas à seleção e projeto de impermeabilização, para que sejam atendidos os requisitos mínimos de proteção da construção contra a passagem de fluidos, bem como os requisitos de salubridade, segurança e conforto do usuário, de forma a ser garantida a estanqueidade das partes construtivas que a requeiram.

A alvenaria de blocos será executada com argamassa impermeável até a altura de 80 cm acima do piso externo acabado. O revestimento impermeável nas superfícies externas das paredes perimetrais será executado até a altura de 80 cm acima do piso externo acabado.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

O revestimento impermeável nas superfícies internas das paredes perimetrais e/ou nas duas superfícies das paredes internas será executado até a altura de 80 cm acima do piso interno acabado.

Para evitar a umidade de alicerces e baldrame – capilaridade ascendente – será aplicada uma demão de emulsão, de características neutras, entre a cinta e/ou viga de fundação e a primeira fiada de tijolos.

11.3- PAREDES EM DRYWALL

Na ampliação, as paredes internas serão em drywall, deverão ter espessura de 9,5 cm preenchimento acústico com lã de vidro.

Para execução dos serviços em drywall, utilizar todas as recomendações dos respectivos fabricantes e que estes sejam vinculados à Associação Brasileira dos Fabricantes de chapas para Drywall e que participam do PSQ - Programa Setorial de Qualidade do Drywall (PSQ- Drywall).

12. REVESTIMENTOS DE PAREDES

Paredes em alvenaria e paredes em drywall.

Todos os materiais componentes dos revestimentos, como cimento, areia, cal, água e outros, deverão ser da melhor procedência, para garantir a boa qualidade dos serviços.

Antes de iniciar os trabalhos de revestimento, deverá a CONTRATADA, adotar providências para que todas as superfícies a revestir estejam firmes, retílineas, niveladas e aprumadas. Qualquer correção nesse sentido será feita antes da aplicação do revestimento.

A superfície a revestir deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos ou resíduos orgânicos. As eflorescências visíveis decorrentes de sais solúveis em água (sulfato, cloretos, nitratos, etc.) impedem a aderência firme entre as camadas dos revestimentos.

Por isso deverão ser eliminadas as eflorescências através de escovamento a seco, antes do início da aplicação do revestimento.

Todas as instalações hidráulicas serão executadas antes do chapisco, e ou acabamento de placas de DRYWALL evitando-se dessa forma, retoques no revestimento.

As superfícies impróprias para base de revestimento (por exemplo, partes em madeira ou em ferro) deverão ser cobertas com um suporte de revestimento (tela de arame, entre outros).

Qualquer camada de revestimento só poderá ser aplicada quando a anterior estiver suficientemente firme.

A aplicação de cada nova camada de revestimento exigirá a umidificação da anterior, no caso de alvenarias.

12.1-CHAPISCO

Toda a alvenaria a ser revestida será chapiscada depois de convenientemente limpa e umedecida. O chapisco será executado com argamassa de cimento e areia peneirada, com traço de 1:3 e ter espessura máxima de 5 mm.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Serão chapiscadas também todas as superfícies lisas de concreto, como montantes, vergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com a alvenaria, inclusive fundo de vigas.

12.2-EMBOÇO

O emboço será executado com argamassa de cimento, cal e areia peneirada, com traço de 1:2:8 e ter espessura máxima de 20 mm.

O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. De início, serão executadas as guias, faixas verticais de argamassa, afastadas de 1 a 2 metros, que servirão de referência. As guias internas serão constituídas por sarrafos de dimensões apropriadas, fixados nas extremidades superior e inferior da parede por meio de botões de argamassa, com auxílio de fio de prumo. Preenchidas as faixas de alto e baixo entre as referências, dever-se-á proceder ao desempenamento com régua, segundo a vertical. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do reboco.

12.3-REBOCO

O reboco será executado com argamassa pré-fabricada e ter espessura máxima de 5 mm.

A execução do reboco será iniciada após 48 horas do lançamento do emboço, com a superfície limpa e molhada com broxa. Antes de ser iniciado o reboco, dever-se-á verificar se os marcos, batentes e peitoris já se encontram perfeitamente colocados.

Os rebocos regularizados e desempenados, a régua e desempenadeira, deverão apresentar aspecto uniforme, com paramentos perfeitamente planos, não sendo tolerada qualquer ondulação ou desigualdade na superfície. O acabamento final deverá ser executado com desempenadeira revestida com feltro, camurça ou borracha macia.

Quando houver possibilidade de chuvas, a aplicação do reboco externo não será iniciada ou, caso já o tenha sido, será interrompida. Na eventualidade da ocorrência de temperaturas elevadas, os rebocos externos executados em uma jornada de trabalho terão as suas superfícies molhadas ao término dos trabalhos.

12.4-PORCELANATO

PORCELANATO dimensões próximas de 30X50 cm – porcelanato acetinado extra de primeira linha – COR BRANCA com juntas cor cinza claro de 4 a 5 mm. Os porcelanatos deverão ser assentados no sentido vertical com argamassa de rejuntamento de alta resistência mecânica e abrasiva. Instalação até altura de 2,60m.

Local: Instalações sanitárias.

Referências:

Incepa - RV NORDICO BISCUIT 32X59cm

Eliane – FORMA BRANCO AC -33,5x45cm

Portobello – FRAME WHITE MATE BOL-30X40cm



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Para o assentamento das peças deverá ser utilizada argamassa colante pré-fabricada.

As juntas terão espessura constante, não superior a 5 mm, feitas com juntas a prumo, com rejunte flexível na cor cinza claro.

As superfícies das peças deverão apresentar-se perfeitamente aprumadas, alinhadas e niveladas antes de receber o revestimento.

A colocação das peças de azulejo deverá seguir rigorosamente o ponto de partida vertical constantes nos projetos.

Os revestimentos a serem cortados para a passagem de canos, torneiras e outros elementos das instalações não deverão apresentar rachaduras nem emendas. As bordas de corte serão esmerilhadas de forma a se apresentarem lisas e sem irregularidades.

Antes do assentamento dos porcelanatos, serão verificados os pontos das instalações elétricas e hidráulicas, bem como os níveis e prumos, a fim de obter arremates perfeitos e uniformes de piso e teto, especialmente na concordância dos azulejos com o teto.

As paredes, devidamente emboçadas, serão suficientemente molhadas no momento do assentamento dos porcelanatos.

Será removido o excesso de argamassa, antes da sua secagem. Ao final dos trabalhos, os porcelanatos serão limpos com auxílio de panos secos.

13. REVESTIMENTOS DE PISOS

13.1-PISO PORCELANATO

O contrapiso que servirá de base para o Porcelanato e este deve ser vistoriado pela FISCALIZAÇÃO, para a comprovação da sua qualidade. Ao iniciar este processo de instalação do porcelanato, o contrapiso deve estar limpo, isento de partículas soltas, de graxa ou outras impurezas que possam interferir na aderência. Antes de iniciar o assentamento fazer uma inspeção nas peças que serão assentadas, verificando se todas são da mesma referência, tonalidade e tamanho. Não misturar peças de tonalidade e tamanho diferentes em um mesmo ambiente.

O porcelanato será assentado de acordo com paginação definida em projeto específico, com atenção ao posicionamento/lado de instalação (vide seta no verso), com acabamento natural, e deverá possuir as seguintes características técnicas:

Dimensões do piso: 60x60cm (locais descritos na planta baixa do projeto) Dimensões do rodapé: 20x60cm

Espessura: 9,5mm

Resistência ao manchamento: 5 limpabilidade: 5 Classificação PEI 5.

Absorção d'água: 0,5% Expansão por umidade 0,1 mm/m

Resistência ao tráfego: Comercial Pesado Coeficiente de atrito molhado: 0,4

Deverá ser utilizado rejunte cimentício, com espessura de 1,5mm na cor adequada ao piso e com índice de absorção inferior a 4%.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

13.2-PISO PVS – PAVIMENTAÇÃO EXTERNA

Piso em CONCRETO tipo PVS com espessura de 8cm. Os locais de assentamento são toda a área externa, bem como passeio público, como definidos em projeto.

Atenção para a confecção de uma base firme, para o transito de viaturas pesadas 36toneladas.

14. PEITORIS E BANCADAS

14.1-PEITORIL E SOLEIRAS EXTERNAS

Soleira em basalto polido com espessura de 2cm e dotados de ranhura na parte inferior frontal, assentadas com caimento adequado para que funcionem como pingadeira, peças cortadas nas dimensões conforme projeto. As juntas de assentamento deverão ser de 5 mm em Poliuretano (PU) na cor cinza. Os locais de assentamento estarão definidos em projeto.

15. BANCADAS

Bancada de pia da cozinha/copa, deveser ser Aço Inoxidável inox (AISI 304), com acabamento polido que não promove o crescimento microbiano quando devidamente limpo, que é resistente a fungos, não poroso e homogêneo, contendo a devida cuba prevista, sem emendas.

Com emendas imperceptíveis que tornem a superfície lisa e contínua, sem sulcos ou linhas de argamassa aplicada que podem ficar úmidas e levar ao crescimento de fungos e bolor.

A tubulação dos tanques/pias deverá ser de acordo com o projeto hidrossanitário, com as devidas válvulas de conexão/esgoto. Deverão ser sifonadas.

16. FORRO

O forro de todos os ambientes (exceto ante sala, armaria e depósito controlado) deverá ser em PVC, na cor branco, espessura mínima de 8mm, largura de 20cm com junta seca.

Para execução dos serviços em PVC, utilizar todas as recomendações dos respectivos fabricantes e que estes cumpram as normas da ABNT NBR 14285-1:2018, ABNT NBR 14285-2:2018 e ABNT NBR 14371.

Primeiramente, observar se os sistemas de instalação elétrica, hidráulica, climatização e afins, foram instalados corretamente;

Antes de iniciar a colocação do forro, é preciso definir onde será instalado as luminárias e outros equipamentos, como ventiladores de teto, retroprojetores em caso de escritórios e afins. Esses equipamentos não devem ser instalados diretamente no forro, e sim na estrutura da cobertura ou no sistema de sustentação;

O espaçamento máximo da estrutura primária deve ser de 50 cm (onde o forro será fixado) e o espaçamento da estrutura secundária, deve ser de 120 cm;

O recorte do forro deve ser feito com uma pequena folga, em média 5 mm de cada lado para uma melhor instalação entre os acabamentos e compensar eventuais dilatações e temperatura;

A instalação do forro, deve ser feita sempre no sentido da estrutura secundária.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Para a instalação que utiliza acabamentos do tipo Roda Forro U e Roda Forro F, devem seguir os seguintes passos:

- O Roda Forro U e F, deve ser medido e cortado no sentido diagonal, para que ocorra a formação dos cantos
- Fixar o Roda Forro juntamente na estrutura de sustentação, utilizando o parafuso tipo agulha.
- É preciso ficar atento, as extremidades devem apresentar espaçamento entre elas.
- Caso o forro apresentar um tamanho menor ao ambiente, pode-se utilizar um acessório de apoio como a emenda H.

Para encaixar o forro no acabamento, basta posicionar uma das pontas de baixo para cima, e a outra ponta deve ser encaixada na diagonal. Encaixar a lâmina com o lado aparente voltado para baixo e o engate “macho” virado para o fundo, dentro dos acabamentos na parte lateral, empurrando-a até seu encaixe total

A lâmina deve ser fixada nos elementos de armação, através da aba. Para a fixação use preferencialmente parafuso agulha. A fixação da aba deve ser feita na estrutura primária do sistema de sustentação, utilizando o parafuso tipo agulha. O mesmo procedimento é realizado até o término da instalação

Para a instalação da última folha do Forro PVC, deve-se verificar o espaçamento entre o forro e o acabamento. E por fim, é encaixado o lado fêmea do forro no acabamento que está sendo utilizado. Com o auxílio de uma espátula o forro é empurrado para o fundo do acessório. O lado macho deve ser pressionado para que ocorra o encaixe.

Importante: Para a limpeza, recomenda-se apenas utilização de água e detergente neutro. Em hipótese alguma, limpe o forro com qualquer produto que sejam a base de solvente ou que contenham características químicas abrasivas.

Durante a instalação, mantenha as mãos limpas ou utiliza luvas.

17. ESQUADRIAS E FERRAGENS

17.1-ESQUADRIAS EXTERNAS

As esquadrias deverão ser em alumínio com pintura eletrostática na cor preta, e suas dimensões e demais especificações constam no Caderno de Detalhes de Esquadrias.

Todas as janelas externas deverão receber tela anti-inseto.

17.2-ESQUADRIAS INTERNAS

As esquadrias deverão ser em alumínio com pintura eletrostática na cor branca, e suas dimensões e demais especificações constam no Caderno de Detalhes de Esquadrias.

17.3-FERRAGENS

Deverão ser obedecidas às indicações, especificações do projeto e especificações gerais, quanto à localização, marca, qualidade e acabamento das ferragens.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

17.4-VIDROS

Vidros lisos planos, transparentes, incolores, espessura mínima de 6mm. As espessuras dos vidros serão em conforme projeto específico.

Os vidros a serem empregados nas esquadrias, não poderão apresentar bolhas, lentes, ondulações, ranhuras, e outros defeitos.

18. PINTURAS

Só serão aplicadas tintas de primeira linha de fabricação. Se as cores não estiverem definidas no projeto, cabe ao ARQUITETO RESPONSÁVEL decidir sobre as mesmas. Deverão ser usadas de um modo geral as cores e tonalidades já preparadas de fábrica, e as embalagens deverão ser originais, fechadas, lacradas de fábrica. A indicação com a especificação da tinta encontra-se detalhada neste memorial.

Obs.: As tintas utilizadas devem ser resistentes à lavagem, ao uso de desinfetantes e não podem ser aplicadas com pincel.

Utilizar fundo preparador ou selador como primeira demão de preparo e engaste e assim sucessivamente receber as demãos da pintura de tinta pigmentada.

Atentar para a devida diluição de cada demão de pintura.

PINTURA EXTERNA – PAVILHÃO PRÉ FABRICADO

TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO

- Tinta ACRÍLICA SEMI-BRILHO
- Cor: Cinza médio - referência: Suvnil Cinza Espacial (D370)
- Local: Edificação pré fabricada

PINTURA EXTERNA – VOLUMES FRONTAIS EM ALVENARIA TRADICIONAL

TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO

- Tinta ACRÍLICA SEMI-BRILHO
- Cor: Cinza médio - referência: Suvnil Cinza Espacial (D370)
- Local: Edificação alvenaria tradicional.

PINTURA INTERNA –

TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO

- Tinta ACRÍLICA SEMI-BRILHO
- Cor: Cinza médio - referência: Suvnil Cinza Espacial (D370)
- Local: Edificação pré fabricada e alvenaria tradicional

19. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

As instalações elétricas deverão ser executadas de acordo com projeto elétrico e memorial descritivo específico, e deverão atender as normas necessárias à demanda projetada.

Instalações telefônicas, TV à cabo: deverão ser executadas conforme prescrição da ABNT.

20. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

As instalações hidros sanitárias deverão ser executadas de acordo com projeto e memorial descritivo específico e deverão atender as normas necessárias à demanda projetada.

OBS.: Os ralos devem dispor de fecho hídrico e dispositivo de fechamento (tampa escamoteável).

21. INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

As instalações de incêndio seguirão a legislação vigente e projeto específico.

Os serviços serão rigorosamente executados de acordo com as normas da ABNT e demais pertinentes, Corpo de Bombeiros, Código de Obras do Município e com os projetos de instalações.

22. CONDICIONAMENTO DE AR

No projeto executivo e memorial descritivo de climatização (projeto complementar a ser elaborado pela CONTRATADA), estarão definidas todas as especificações técnicas atendendo aos parâmetros da NBR 7256. Todos os ambientes em que não houver ventilação natural deverão ser providos de sistema de exaustão.

23. ACESSÓRIOS PARA ACESSIBILIDADE

Alguns acessórios estão previstos para garantir a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.

23.1-BARRAS DE APOIO:

Os sanitários e banheiros identificados em projeto terão barras de apoio para deficientes físicos de acordo com a NBR 9050.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Barra horizontal em aço inox 304, acabamento de superfície com polimento, comprimento de 80 cm (de eixo a eixo) e diâmetro de 3,2cm, com resistência mínima de 1,5kN, de acordo com as normas pertinentes. A barra será fornecida completa, com suportes, flanges e parafusos em aço inox para fixação em parede. Devem estar firmemente fixadas nas paredes a uma distância mínima destas de 4 cm da face interna da barra.

Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária.

Junto à bacia sanitária, na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estendendo-se 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral.

Na impossibilidade de instalação de barras nas paredes laterais, são admitidas barras laterais fixas (com fixação na parede de fundo) ou articuladas (dar preferência pela barra lateral fixa), desde que sejam observados os parâmetros de segurança e dimensionamento estabelecidos conforme 7.6, e que estas e seus apoios não interfiram na área de giro e transferência. A distância entre esta barra e o eixo da bacia deve ser de 0,40 m, sendo que sua extremidade deve estar a uma distância mínima de 0,20 m da borda frontal da bacia.

24. DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, ÁLCOOL GEL E PAPEL TOALHA

Sob todas as pias deverão ser instalados 01 dispenser para Sabonete líquido, 01 dispenser para álcool gel, e 01 dispenser para papel toalha interfolhado constituído de plástico abs de baixa densidade, com alta resistência ao impacto.

25. IMPERMEABILIZAÇÕES:

A ART dos serviços de impermeabilização deverá ser apresentada pela CONSTRUTORA, em separado da execução global da obra, bem como deverão ser fornecidos todos os certificados de garantia das impermeabilizações executadas, que deverá ser por um mínimo de 5 (cinco) anos.

25.1-CONSIDERAÇÕES GERAIS:

As superfícies a serem impermeabilizadas terão caimento em direção ao escoamento das águas, drenos, ralos, canaletas e outros.

Todas as superfícies a serem impermeabilizadas, depois de adequadamente preparadas para cada tipo de impermeabilização, deverão ser perfeitamente limpas e lavadas, até que fiquem completamente isentas de poeira, resíduos de argamassa ou madeira, pontas de ferro, rebarbas de concreto e manchas gordurosas.

As superfícies perfeitamente limpas deverão receber de um modo geral, para regularização, dependendo do tipo de impermeabilização uma argamassa de cimento e areia média no traço 1:3 em volume, com espessura mínima de 2 cm, formando declividade de 0,5 a 2% para escoamento pluvial, ou conforme projeto.

A garantia da impermeabilização deverá ser de no mínimo 5 anos, não se aceitando qualquer infiltração, percolação, gotejamento ou umidade.

Em qualquer tipo de impermeabilização necessária a perfeita estanqueidade da obra, deverão ser seguidas todas as recomendações dos fabricantes, possibilitando uma maior segurança, e será sempre executada por empresa credenciada pela fabricante.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

25.2-IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA:

Nas fundações e vigas baldrame, e nas lajes de cobertura será adotada impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica.

25.3-IMPERMEABILIZAÇÃO COM ARGAMASSA POLIMÉRICA:

Nas áreas molhadas será adotada impermeabilização com argamassa polimérica impermeabilizante semiflexível, bicomponente.

26. TELHADO:

A cobertura deve ser executada de acordo com o projeto específico, com telhas em aluzinco com isolante termoacústico antichama.

Deverá obedecer às normas:

NBR 8800: A base para projetos estruturais em aço;

NBR 16239: Foco na execução e montagem;

NBR 6120: Determinação de cargas nas estruturas;

NBR 7480: Sobre as características das armaduras de aço

Para confecção da estrutura metálica, deverão ser seguidos os cuidados de limpeza dos perfis.

A limpeza de perfis de aço envolve um conjunto de etapas rigorosas para garantir que a superfície esteja livre de contaminantes e em condições adequadas para a aplicação de tinta ou revestimento. Os procedimentos incluem a remoção de óleos, sujeira, ferrugem e outros materiais estranhos, utilizando métodos físicos e químicos, como jateamento abrasivo, desengraxantes e solventes orgânicos. É essencial seguir as normas e diretrizes específicas para cada tipo de superfície e acabamento desejado, como as estabelecidas pela ABNT NBR 15158

27. TAPUMES:

A obra será isolada a partir de tapume com telha metálica, que será utilizado em torno de todo o perímetro da obra.

ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DE MATERIAIS E ACABAMENTOS POR AMBIENTE:

EXTERNO / ENTORNO:

PISO: Piso PVS – acabamento natural – com bom acabamento.

REJUNTE: Rejunte de piso com areia.

PAREDES: Parede revestida com tinta acrílica semibrilho conforme orientação do item pintura.

FORRO: Estrutura metálica com cobertura em vidro temperado 8mm (NA ÁREA DE ACESSO).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

LUMINÁRIAS: Poste 4 petalas

INTERRUPTORES E TOMADAS: Não se aplica.

PORTAS/ ESQUADRIAS: Não se aplica.

COMODOS INTERNOS:

PISO: Piso Porcelanato – Dimensões: 60x60cm

PAREDES: Parede revestida com tinta acrílica semibrilho conforme orientação do item pintura.

REJUNTE: Rejunte de piso a base de epóxi com índice de absorção inferior a 4%. **FORRO:** PVC.

LUMINÁRIAS: Luminária tipo painel plafon LED de embutir, tamanho 20cmx20cm, com 4000k, 12w bivolt.

INTERRUPTORES E TOMADAS: Seguir especificações do memorial descritivo elétrico, sendo as placas na cor branco fosco. (Referência de modelo: linha Pialplus, marca Legrand).

MARCOS E GUARNIÇÕES: Marcos e guarnições em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PORTAS: Porta para alto tráfego em alumínio, conforme projeto das aberturas.

FERRAGEM: Ferragens em aço inox AISI 304

FECHADURA: Fechadura em inox, acabamento lixado, conjunto 517 - Linha Profissional La Fonte. **Obs.: A maçaneta é do tipo alavanca.**

CIRCULAÇÕES INTERNAS;

PISO: Piso Porcelanato – Dimensões: 60x60cm

PAREDES: Parede revestida com tinta acrílica semibrilho conforme orientação do item pintura.

REJUNTE: Rejunte de piso a base de epóxi com índice de absorção inferior a 4%. **FORRO:** PVC.

LUMINÁRIAS: Luminária tipo painel plafon LED de embutir, tamanho 20cmx20cm, com 4000k, 12w bivolt.

INTERRUPTORES E TOMADAS: Seguir especificações do memorial descritivo elétrico, sendo as placas na cor branco fosco. (Referência de modelo: linha Pialplus, marca Legrand).

MARCOS E GUARNIÇÕES: Marcos e guarnições em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PORTAS: Porta para alto tráfego em alumínio, conforme projeto das aberturas.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

FERRAGEM: Ferragens em aço inox AISI 304

FECHADURA: Fechadura em inox, acabamento lixado, conjunto 517 - Linha Profissional La Fonte. **Obs.: A maçaneta é do tipo alavanca.**

ARMARIA:

PISO: Piso concreto armado, com acabamento aparente.

PAREDES: Paredes em concreto armado, revestida com tinta acrílica semibrilho conforme orientação do item pintura.

REJUNTE: Rejunte de piso a base de epóxi com índice de absorção inferior a 4%. **FORRO:** Laje em concreto armado.

LUMINÁRIAS: Luminária tipo painel plafon LED de embutir, tamanho 20cmx20cm, com 4000k, 12w bivolt.

INTERRUPTORES E TOMADAS: Seguir especificações do memorial descritivo elétrico, sendo as placas na cor branco fosco. (Referência de modelo: linha PIALplus, marca Legrand).

MARCOS E GUARNIÇÕES: Marcos e guarnições em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PORTAS: Porta blindada em aço, para alto tráfego, conforme projeto das aberturas.

FERRAGEM: Ferragens em aço inox AISI 304

FECHADURA: Fechadura em inox, acabamento lixado, conjunto 517 - Linha Profissional La Fonte. **Obs.: A maçaneta é do tipo alavanca.**

DEPÓSITO CONTROLADO:

PISO: Piso concreto armado, com acabamento aparente.

PAREDES: Paredes em concreto armado, revestida com tinta acrílica semibrilho conforme orientação do item pintura.

REJUNTE: Rejunte de piso a base de epóxi com índice de absorção inferior a 4%. **FORRO:** Laje em concreto armado.

LUMINÁRIAS: Luminária tipo painel plafon LED de embutir, tamanho 20cmx20cm, com 4000k, 12w bivolt.

INTERRUPTORES E TOMADAS: Seguir especificações do memorial descritivo elétrico, sendo as placas na cor branco fosco. (Referência de modelo: linha PIALplus, marca Legrand).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

MARCOS E GUARNIÇÕES: Marcos e guarnições em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PORTAS: Porta blindada em aço, para alto tráfego, conforme projeto das aberturas.

FERRAGEM: Ferragens em aço inox AISI 304

FECHADURA: Fechadura em inox, acabamento lixado, conjunto 517 - Linha Profissional La Fonte. **Obs.: A maçaneta é do tipo alavanca.**

ÁREAS MOLHADAS – BANHEIROS E VESTIÁRIOS:

PISO: Piso Porcelanato – Dimensões: 60x60cm

PAREDES: AZULEJOS dimensões próximas de 30X50 cm.

REJUNTE: Rejunte de piso e parede a base de epóxi com índice de absorção inferior a 4%.

FORRO: PVC.

LUMINÁRIAS: Luminária tipo painel plafon LED de embutir, tamanho 20cmx20cm, com 4000k, 12w bivolt.

INTERRUPTORES E TOMADAS: Seguir especificações do memorial descritivo elétrico, sendo as placas na cor branco fosco. (Referência de modelo: linha Pialplus, marca Legrand).

MARCOS E GUARNIÇÕES: Marcos e guarnições em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PORTAS: Porta para alto tráfego em alumínio, conforme projeto das aberturas.

FERRAGEM: Ferragens em aço inox AISI 304

FECHADURA: Fechadura em inox, acabamento lixado, conjunto 517 - Linha Profissional La Fonte. **Obs.: A maçaneta é do tipo alavanca.**

BACIA SANITÁRIA: Bacia sanitária com caixa acoplada com acionamento ecoflush e com assento plástico (Referência: Acesso Confort - Cód.: 31360 - Celite);

LAVATÓRIO: Lavatório em louça branca, com coluna suspensa (Referência: Acesso Confort - Cód.: 31055- Celite);

METAIS: Torneira para lavatório de mesa com acionamento hidromecânico com leve pressão na alavanca, e fechamento automático com regulador de tempo equipada com arejador embutido— Dispensa o contato das mãos. (Referência: Pressmatic Benefit 00490706 – Docol).

_Cabide cromado (Referência: 00158206, linha Single, marca DOCOL);

_Grelha caixilho quadrado aço inox com fecho, dimensões 15x15cm (Referência: 002410, marca Jackwall);



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

_Válvula de escoamento cromada para lavatório.

Obs.: Sob a pia deve ser instalado: 1 papeleira, 1 dispenser para sabão líquido e 1 dispenser para álcool gel.

COZINHA / COPA:

PISO: Piso Porcelanato – Dimensões: 60x60cm

PAREDES: PORCELANATOS - dimensões próximas de 30X50 cm.

REJUNTE: Rejunte de piso e parede a base de epóxi com índice de absorção inferior a 4%.

FORRO: PVC.

LUMINÁRIAS: Luminária tipo painel plafon LED de embutir, tamanho 20cmx20cm, com 4000k, 12w bivolt.

INTERRUPTORES E TOMADAS: Seguir especificações do memorial descritivo elétrico, sendo as placas na cor branco fosco. (Referência de modelo: linha Pialplus, marca Legrand).

MARCOS E GUARNIÇÕES: Marcos e guarnições em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PORTAS: Porta para alto tráfego em alumínio, conforme projeto das aberturas.

FERRAGEM: Ferragens em aço inox AISI 304

FECHADURA: Fechadura em inox, acabamento lixado, conjunto 517 - Linha Profissional La Fonte. **Obs.: A maçaneta é do tipo alavanca.**

JANELA/ABERTURA: Janela em alumínio, conforme projeto das aberturas.

PIAS: 1 Pia com 1 cuba 20L.

METAIS: Torneira de parede para tanque. (Referência: Torneira longa de parede para lavanderia/cozinha Invicta cromada. Cod.90021409006- Docol).

_Cabide cromado (Referência: 00158206, linha Single, marca DOCOL);

_Grelha caixilho quadrado aço inox com fecho, dimensões 15x15cm (Referência: 002410, marca Jackwall);

_Válvula de escoamento cromada para lavatório.

Obs.: Sob a bancada deve ser instalado: 1 papeleira, 1 dispenser para sabão líquido e 1 dispenser para álcool gel.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

NORMAS TÉCNICAS E RESPONSABILIDADES:

A execução da obra deverá atender a Legislação Municipal, Estadual e normas da ABNT. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de adquirir ou empregar materiais especificados neste memorial, sua substituição deverá ser solicitada ao autor do projeto.

Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos e com os projetos complementares, que a CONTRATADA deverá fornecer, com as técnicas da **ABNT**, outras normas abaixo citadas em cada caso particular ou suas sucessoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes e pertinentes.

A execução, bem como os novos projetos, os projetos de complementações, alterações, cadastramentos, etc. deverão ser registrados no **CREA OU CAU**, através de ART OU RRT específica para cada caso.

Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado ou material a ser utilizado, seguir orientação do **ARQUITETO RESPONSÁVEL**.

Todos os materiais e ou equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, deverão ser de Primeira Qualidade ou Qualidade Extra, entendendo-se primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material e ou equipamento a ser utilizado, satisfazer as especificações da **ABNT**, do **INMETRO**, e das demais normas citadas, e ainda, serem de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto, e devidamente aprovados pela **ARQUITETO RESPONSÁVEL**.

Campo Bom, 09 de junho de 2026.

Responsável Técnico
Arq. Urb. Alexandre Bertrami Rosa
Cau nº A37618-3
Prefeitura Municipal de Campo Bom
Departamento de Planejamento